

INTERLOCUÇÕES ENTRE A  
LITERATURA E A HISTÓRIA NAS  
ESCRITAS DE ALEXANDRE  
HERCULANO E JOSÉ SARAMAGO  
SOBRE A INQUISIÇÃO ✓

116

Felipe dos Santos MATIAS<sup>1</sup>

---

✓ Artigo recebido em 17/01/2018 e aprovado em 22/05/2018.

<sup>1</sup> Doutor em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com período sanduíche (PDSE/CAPES) na Universidade de Coimbra, Portugal. Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: <felipe.matias@unila.edu.br>.

## INTERLOCUÇÕES ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA NAS ESCRITAS DE ALEXANDRE HERCULANO E JOSÉ SARAMAGO SOBRE A INQUISIÇÃO

### RESUMO

Este artigo estuda os diálogos entre a Literatura e a História e as representações da Inquisição a partir da escrita historiográfica de Alexandre Herculano (1810-1877) e da escrita literária de José Saramago (1922-2010). No que concerne ao texto historiográfico, é analisada a obra História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal, de Alexandre Herculano, publicada em três volumes, entre os anos de 1854-1859, e que focaliza a primeira metade do século XVI, período do surgimento e consolidação do Santo Ofício no reino português. Em relação ao texto literário, estuda-se a obra Memorial do Convento, de José Saramago, publicada em 1982 e que enfoca o governo de Dom João V, na primeira metade do século XVIII, com todo o fausto do seu reinado, em tempos inquisitoriais. O presente estudo evidencia que ambos os autores portugueses investiram na discussão relacionada à escrita da Literatura e da História, vislumbrando a questão da tarefa crítica do intelectual em geral, seja no âmbito da historiografia, seja no da produção literária.

**Palavras-chave:** Literatura; História; Inquisição; Herculano; Saramago.

## INTERLOCUTIONS BETWEEN LITERATURE AND HISTORY IN THE TEXTS OF ALEXANDRE HERCULANO AND JOSÉ SARAMAGO ABOUT THE INQUISITION

### ABSTRACT

This article studies the dialogues between Literature and History and the representations of the Inquisition from the historiographical writing of Alexandre Herculano (1810-1877) and the literary writings of José Saramago (1922-2010). With regard to the historiographical text, an analysis was performed on the literary work History of the Origin and Establishment of the Inquisition in Portugal, by Alexandre Herculano, published in three volumes between the years of 1854 and 1859, which focuses on the first half of the Sixteenth century, the period of the emergence and consolidation of the Holy Office in the Portuguese kingdom. Regarding the literary text, a study was carried out on the literary work Baltasar and Blimunda, by José Saramago, published in 1982, which focuses on the government of Dom João V, in the Eighteenth century, with all the pomp of his reign, during the inquisitorial times. The present study demonstrates that both Portuguese authors invested in the discussion related to the writing of Literature and History, glimpsing the issue of the critical task of the intellectual in general, either in the historiographical scope, or in that of literary production.

**Keywords:** Literature; History; Inquisition; Herculano; Saramago.

## 1 INTRODUÇÃO

É a partir da subjetivação, da autorreflexividade e da transcendência da História que José Saramago (1922-2010), por meio do seu narrador, indaga o passado. O questionamento, a subversão do histórico, a rasura de acontecimentos, a intencional desconstrução e dessacralização de registros historiográficos oficiais fazem parte dos seus romances. É de interrogação e de aproximação com o labor literário que se constitui a obra saramaguiana no que diz respeito à História<sup>2</sup>. No excerto a seguir, extraído do artigo **História e ficção**, Saramago expressa suas opiniões acerca da parcialidade do discurso do historiador e sua simpatia pelas ideias de Georges Duby, um dos principais representantes da **Nova História**<sup>3</sup>:

Parece indiscutível que o historiador tem de ser, em todos os casos, um escolhedor de fatos. Mas cremos ser igualmente pacífico que, ao escolher, abandona deliberadamente um número indeterminado de dados, em nome de razões de classe ou de Estado, ou de natureza política conjuntural, ou ainda em função e por causa das conveniências de uma estratégia ideológica que necessite para justificar-se, não da História, mas **duma** História. Esse historiador, na realidade, não se limita a escrever História: **faz** a História. [...] Não estava muito longe deste sentimento, suponho eu, o grande Georges Duby, quando escreveu: **Imaginemos que...**, na primeira linha de um de seus livros. Precisamente aquele imaginar que antes fora considerado o pecado mortal dos historiadores científicos e seus continuadores de diferentes tendências (SARAMAGO, 1990, p. 19, grifos do autor).

Guardadas as devidas proporções temporais, pode-se dizer que Saramago realiza em sua atividade escritural o mesmo processo de indagação e crítica em

---

<sup>2</sup> Nessa direção, Saramago afirmou em entrevista ao crítico-literário Carlos Reis que “foi isso que me levou a esse sentido da História, que para mim era confuso, mas que depois vim a entender, em termos mais científicos, a partir do momento em que descobri uns quantos autores (os homens dos *Annales*, os da **Nova História**, como o Georges Duby ou o Jacques Le Goff), cujo olhar histórico ia por esse mesmo caminho” (REIS, 1998, p. 81).

<sup>3</sup> De acordo com Peter Burke, essa corrente historiográfica (inicialmente denominada *Annales*) revolucionou o discurso da História, pois proporcionou “em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política” (BURKE, 1997, p. 11). A **Nova História** possui um papel muito específico dentro da historiografia contemporânea: refutar o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos. Esse paradigma historiográfico reconhece que a História, enquanto disciplina, é uma indagação sobre a verdade dos fatos humanos. No entanto, o resultado dessa atividade reflexiva é sempre parcial, comprometido com o sujeito enunciativo, com o tempo do discurso, com o público leitor.

relação à História que o seu compatriota Alexandre Herculano (1810-1877), que já no século XIX demonstrava em seus escritos a consciência de que se devem interrogar os registros históricos caso seja necessário problematizar o discurso historiográfico, pois tinha a convicção de que o relato do historiador está comprometido com a sua ideologia, que todo discurso implica uma representação subjetiva<sup>4</sup>, que a imaginação do historiador está presente no processo de escrita da História. Nos fragmentos a seguir, extraídos da **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal** (1854-1859), a utilização dos termos **imaginar**, **provável** e **imaginação**, além de evidenciar um distanciamento de Herculano em relação à historiografia rankeana<sup>5</sup> de seu tempo, permite uma aproximação com a ideia da **Nova História** de valorização da imaginação na escrita historiográfica:

Fácil é de **imaginar** por que preço a maior parte deles, obrigados a despojar-se de tudo dentro de tão curto prazo, alienaria os seus bens: dava-se uma casa a troco de uma cavalgada, uma vinha por alguns covados de pano. Oitocentos mil judeus saíram assim, nesse ano, dos estados de Fernando e Isabel. [...] É **provável**, que os foragidos imaginaram mil invenções para levar consigo ouro e prata. Uns embarcaram para África; outros, como veremos no seguinte livro, obtiveram licença para entrar em Portugal (HERCULANO, 2002, p. 50).

[...]

Qual devia ser o terror desta gente, que tantas provas tinha ultimamente recebido da malevolência popular, vendo-se encerrada subitamente no país como numa vasta prisão, fácil é de **imaginar** (HERCULANO, 2002, p. 132).

[...]

A **imaginação** poderá assim suprir a descrição de muitas outras que ficaram esquecidas debaixo das abóbadas do castelo de Coimbra, e a cujos atores a pedra do sepulcro ou as chamas das fogueiras selaram para sempre os lábios (HERCULANO, 2002, p. 358-359).

[...]

Pode **imaginar-se** qual seria o terror dos indivíduos da raça proscrita quando ouviam da boca de um familiar do Santo Ofício a ordem para o acompanharem aos cárceres do tribunal (HERCULANO, 2002, p. 376, grifos meus).

---

<sup>4</sup> De acordo com Georges Duby, expoente da **Nova História**, “todo discurso sobre o passado é obra de um homem que vive num presente e que interpreta os vestígios do passado em função desse presente” (DUBY, 1989, p. 93).

<sup>5</sup> Também conhecida como **História Científica**, é uma metodologia historiográfica fundada pelo alemão Leopold von Ranke (1795-1886), pautada na escrita da História a partir de documentos que revelem os feitos dos homens ilustres, estadistas, gerais e eclesiásticos. Neste paradigma, os historiadores defendem a neutralidade e a objetividade na elaboração do texto historiográfico.

No que concerne ao aspecto metodológico de se escrever a História, Herculano defendia a impossibilidade de se confeccionar o discurso historiográfico sem um estudo problematizador dos documentos nos quais ele se baseia. A produção historiográfica herculaniana não está marcada pela ideia de neutralidade ou objetividade, mas, pelo contrário, é uma produção claramente identificada com a defesa do seu ideário político liberal. Um exemplo disso pode ser observado na carta que ele escreveu, em fevereiro de 1875, ao historiador Salustiano Rodriguez Bermejo, o qual traduziu para a língua espanhola a **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**:

Quanto à **História da Inquisição**, é verdade que foi escrita com intenção política, confessada na advertência preliminar, e que a introdução até ao reinado de D. Manuel é superficial, porque tudo isso era apenas o prego em que eu queria pendurar o meu quadro. Daí por diante posso afirmar a V. S.<sup>a</sup> que tudo foi escrito com o maior escrúpulo e com a mão sobre a consciência. Aquela lliada de atrocidades e torpezas seria inacreditável se não existissem os documentos em que estribei a narrativa, e que, felizmente, foram em grande parte impressos, depois, no **Corpo Diplomático**, publicado debaixo da inspeção de Rebelo da Silva, por ordem da Academia de Lisboa. [...] V. S.<sup>a</sup> é um liberal, porque só um liberal traduziria a **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**, que tão profundamente afligiu e escandalizou os reacionários daqui (HERCULANO, s/d, p. 30).

No excerto acima, Herculano confessa a Salustiano Rodriguez Bermejo que escreveu a obra historiográfica **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal** com intenção política, como uma resposta aos absolutistas portugueses e também ao clero reacionário, os quais criticavam fervorosamente a ideologia liberal do autor da **História de Portugal**. Para atingir tal intento, ele utilizou-se de um procedimento alegórico. Desse modo, nota-se que Herculano não se guiava pelos pontos norteadores da **História Científica**: a neutralidade e a objetividade. Percebe-se também que há na produção historiográfica de Herculano a veiculação explícita da ideologia liberal, aspecto que confirma a afirmação de Linda Hutcheon de que “tanto a Ficção como a História são sistemas culturais de signos, construções ideológicas” (HUTCHEON, 1991, p. 60). A ideologia liberal do intelectual português do século XIX talvez explique o fato de ele não ter se influenciado, no seu trabalho de historiador, pela tradição da historiografia

portuguesa de omitir a importância da cultura árabe na formação cultural de Portugal. Segundo os estudiosos Cândido Beirante e Jorge Custódio, Herculano

“fez uso, frequentemente, de fontes muçulmanas coevas, muito mais fidedignas do que certos cronicões cristãos, usando-os na crítica e na exposição do material investigado” (BEIRANTE e CUSTÓDIO, 1978, p. 212).

Neste aspecto, Herculano também se aproxima dos historiadores da **Nova História**, os quais veiculam a importância de se selecionar e de se realizar a crítica às fontes historiográficas. Além disso, demonstra que o autor de **Eurico, o presbítero** tinha consciência de que, no discurso historiográfico, existiam diferentes versões a respeito de um mesmo acontecimento histórico, outro aspecto que o aproxima do pensamento da **Nova História**. Isso pode ser percebido após a leitura do fragmento seguinte, extraído de uma carta de Herculano ao historiador Oliveira Martins, escrita em 1872: “a questão está em que as faculdades mentais de cada um fazem considerar de diversos modos a História” (OLIVEIRA MARTINS, s/d, p. 125). Assim como Herculano no século XIX, Saramago demonstrou, no final do século XX, essa mesma consciência a respeito do envolvimento político-ideológico do historiador e da seleção consciente das fontes na escrita do texto historiográfico, conforme se verifica no excerto abaixo:

O historiador perfeitamente consciente das consequências político-ideológicas do seu trabalho, sabe que o tempo que assim esteve organizando se produzirá como uma lição magistral a quantos o vierem a ler. Essa lição é porventura a mais magistral de todas lições, já que o historiador surge como criador de um mundo outro, ele é aquele que vai decidir o que do passado é importante e o que do passado não merece atenção (SARAMAGO, 1990, 19).

A apropriação que Saramago realiza, no que tange à matéria histórica, é efetuada a partir do que Hayden White conceitua como “imaginação construtiva” (WHITE, 1994, p. 100). Com a utilização de tal método, o autor, de modo ficcional, preenche e reutiliza, na confecção de seus romances, os silêncios deixados pelo discurso historiográfico. Tal apropriação permite ao romancista exercer a função de artífice do espaço social do qual ele objetiva criar uma representação subjetiva e alegórica. Assim como Saramago, Herculano também tinha plena consciência das

interloquções entre a História e a Literatura, verificáveis tanto nos seus romances históricos, quanto nas obras historiográficas. Na **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**, ele admite as suas propensões literárias para os estudos históricos: “Levado pelas nossas propensões literárias para os estudos históricos era, sobretudo, por esse lado que podíamos ser úteis a uma causa a que estamos ligados” (HERCULANO, 2002, p. 11).

Tanto Herculano quanto Saramago tinham a ideia de que a escrita da História é uma forma de interpretação – entendida como mecanismo seletivo que, através de inclusões e exclusões, propõe uma ordenação, uma coerência e um sentido para as informações veiculadas. Nessa direção, estão em consonância com o pensamento de White:

O historiador deve **interpretar** os seus dados, excluindo de seu relato certos fatos que sejam irrelevantes ao seu propósito narrativo. [...] No empenho de reconstruir “o que aconteceu” num dado período da história, o historiador deve inevitavelmente incluir na sua narrativa um relato de algum acontecimento ou conjunto de acontecimentos que carecem dos fatos que poderiam permitir uma explicação plausível de sua ocorrência. E isto significa que o historiador precisa **interpretar** o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou de especulações (WHITE, 1994, p. 65, grifos meus).

Herculano mostra em sua obra que a origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal representaram a consolidação da aliança, que considerava nefasta, entre os poderes político e religioso. Segundo ele, “nos atos do poder faltavam a cada passo a lealdade, o são juízo, a justiça e a probidade” (HERCULANO, 2002, p. 12). Essa aliança também é denunciada e criticada por Saramago, através do romance **Memorial do Convento** (1982), pois o autor, ao focalizar o reinado de Dom João V na primeira metade do século XVIII, expõe as consequências negativas dessa união entre os poderes absolutista e inquisitorial. Ambos os autores entendiam que a Inquisição foi uma instituição funesta, que serviu de mote a interesses particulares e aos desmandos da Coroa e do clero em Portugal. Os dois intelectuais julgavam o Santo Ofício como uma das grandes causas da decadência de Portugal, a partir do século XVI.

Por meio da leitura de **Memorial do Convento**, percebe-se que a edificação do Convento de Mafra representa uma alegoria da aliança entre a Igreja e o Estado

Absolutista, com o subsequente triunfo do fanatismo religioso, da ignorância e da corrupção por parte da Coroa e do clero. Desse modo, pode-se dizer que há na obra uma rejeição de Saramago ao Absolutismo. Esse aspecto também o aproxima de Herculano, pois o historiador e romancista histórico português do século XIX também mantinha uma postura antiabsolutista. Joaquim Veríssimo Serrão sintetiza a visão crítica herculaniana em relação ao surgimento do Absolutismo português:

O apego à Monarquia, como instituição suprema para o bom governo dos povos, nunca foi posto em causa pelo historiador, que via na figura régia o garante do equilíbrio político e social. Mas com a condição de os monarcas guardarem as liberdades que asseguravam a grandeza e a virtude dos cidadãos, não os transformando em súditos e escravos. A baliza temporal de D. João II para distinguir as duas fases históricas da Nação, constitui um dos axiomas de Herculano, que, sendo um medieval de formação, via nos fins do século XV, com a expansão em curso e a tendência para o Absolutismo, a grande viragem que alterou gravemente o equilíbrio português. Daí que assacassem os maiores defeitos aos reis posteriores (...), como se a história moderna do país se houvesse reduzido a um acervo de misérias e desgraças. Tal foi a influência de Herculano neste pensamento, que levou autores capazes, como Oliveira Martins, a situarem a decadência nacional no processo de descobrimentos e conquistas, reduzindo a figuras pobres os monarcas posteriores ao Príncipe Perfeito (SERRÃO, 1977, p. 47-48).

Se na obra historiográfica **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal** Herculano critica de forma direta o rei Dom João III, ao descrevê-lo com atributos depreciativos como “inepto” e “déspota”, Saramago utiliza-se da ironia para representar o rei Dom João V como um monarca egocêntrico, pouco dedicado à administração do Reino, pueril, obtuso e influenciável, conforme ilustram os fragmentos a seguir:

Perguntou el-rei, É verdade o que acaba de dizer-me sua eminência, que se eu prometer levantar um convento em Maфра terei filhos, e o frade respondeu, Verdade é, senhor, porém só se o convento for franciscano, e tornou el-rei, Como sabeis, e frei António disse, Sei, não sei como vim a saber, eu sou apenas a boca de que a verdade se serve para falar, a fé não tem mais que responder, construa vossa majestade o convento e terá brevemente sucessão, não o construa e Deus decidirá. Com um gesto mandou el-rei ao arrábido que se retirasse, e depois perguntou a D. Nuno da Cunha, É virtuoso este frade, e o bispo respondeu, Não há outro que mais o seja na sua ordem. Então D. João, o quinto de seu nome, assim assegurado sobre o mérito do empenho, levantou a voz para que claramente o ouvisse quem estava e o soubessem amanhã cidade e reino, Prometo, pela minha palavra real, que farei construir um convento de franciscanos na vila de Maфра se a rainha me der um filho no prazo de um

ano a contar deste dia em que estamos, e todos disseram, Deus ouça vossa majestade (SARAMAGO, 1989, p. 14).

[...]

Agora não se vá dizer que, por segredos de confissão divulgados, souberam os arrábidos que a rainha estava grávida antes mesmo que ela o participasse ao rei. Agora não se vá dizer que D. Maria Ana, por ser tão piedosa senhora, concordou calar-se o tempo bastante para aparecer com o chamariz da promessa o escolhido e virtuoso frei António (SARAMAGO, 1989, p. 26).

Percebe-se nos excertos acima o caráter tolo que a narrativa saramaguiana atribui ao rei Dom João V, visto que caracteriza-o como um monarca débil, que foi manipulado pelo clero de sua época, deixando-se enganar por um falso milagre. Da mesma forma que Herculano em seu discurso historiográfico, Saramago também problematiza o Absolutismo em seu romance **Memorial do Convento**, na medida em que retrata o excesso de influência que a Igreja Católica tinha sobre o poder real em Portugal durante os séculos de Inquisição.

## 2 A REPRESENTAÇÃO DA INQUISIÇÃO NOS TEXTOS DE HERCULANO E SARAMAGO

O romance saramaguiano **Memorial do Convento** evidencia a arcaica mentalidade de raízes medievais da sociedade portuguesa do início do século XVIII, a qual vivia imersa numa época onde imperavam a teocracia política e o dogmatismo religioso exacerbado, cujo instrumento de controle sócio-moral fora a instituição da Inquisição, durante a primeira metade do século XVI, conforme expressa a obra historiográfica herculaniana **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**. Para Herculano, a Inquisição foi um acontecimento célebre na história portuguesa, “época em que a tirania, o fanatismo, a hipocrisia e a corrupção nos aparecem na sua natural hediondez” (HERCULANO, 2002, p. 11). Assim como Herculano em seu texto historiográfico, Saramago também expressa em sua obra literária todas as mazelas e ignomínias que caracterizaram a Inquisição em Portugal. Ambos os autores representaram o Santo Ofício luso, expressando o caráter opressor e repressor desta instituição. Segundo Herculano, a Inquisição cobriu de terror, sangue e luto diversos países do mundo:

Instituição terrível que, ajuntando ao monstruoso da origem e natureza a demência das suas manifestações e atrocidades das suas fórmulas, surgiu no seio do catolicismo durante o século XIII, e que veio com o nome de Inquisição ou Santo Ofício, a cobrir de terror, de sangue e de luto quase todos os países da Europa meridional e, ainda, transpondo os mares, a oprimir extensas províncias da América e do Oriente (HERCULANO, 2002, p. 15).

Para Herculano, o Santo Ofício foi “um tecido de atrocidades praticadas pelos católicos contra os hereges” (HERCULANO, 2002, p. 21). Essas atrocidades eram cometidas, principalmente, nos autos de fé, eventos que humilhavam, sentenciavam e puniam os “hereges”, muitas vezes condenando-os à morte. Na sua obra historiográfica, Herculano relata e problematiza esses eventos, assim como ironiza os responsáveis, conforme ilustra o fragmento que se segue:

Tinham sido queimadas, de uma só vez, perante um grande concurso dos povos da Champagne, perto de duzentas pessoas tidas por heréticas. Em frei Roberto o zelo pela fé era ilimitado, e insaciável a sede de sangue. Protegido por Luiz IX, o seu nome tinha-se tornado o terror das províncias de Flandres, onde a cada passo, ardiavam as fogueiras acendidas por ele. Para que o terror não diminuísse, onde não podia achar culpados queimava inocentes. A força, porém, do seu ardor veio a perdê-lo. Os gemidos de tantas vítimas geraram suspeitas. Inquiriu-se do inquisidor e achou-se que era um malvado. Os seus crimes foram tais que o beneditino Matheus Paris, historiador coevo, diz que o melhor era guardar silêncio acerca deles. Tiraram-lhe o cargo e condenaram-no à prisão perpétua. Com mais alguma prudência, quem sabe se hoje o seu nome figuraria no amplo catálogo dos santos da ordem de S. Domingos? (HERCULANO, 2002, p. 27)

Assim como Herculano, Saramago também retrata em seu texto os abusos, as violências e as execuções cometidas pela Inquisição. O auto de fé, momento primordial da “justiça” inquisitorial determinada pelo Santo Ofício, com as suas procissões, a leitura das sentenças e a incineração das vítimas, foi recriado algumas vezes na obra **Memorial do Convento**, conforme exemplifica o seguinte fragmento:

Apesar de já ir no quinto mês, ainda sofre de enjôos naturais, que, no entanto, não bastariam a desviar-lhe devoção e os sentidos de vista, ouvido e cheiro da solene cerimônia, tão levantadeira das almas, ato tão de fé, a procissão compassada, a descansada leitura das sentenças, as descaídas figuras dos condenados, as lastimosas vozes, o cheiro da carne estalando quando lhe chegam as labaredas e vai pingando para as brasas a pouca gordura que sobejou dos cárceres (SARAMAGO, 1989, p. 49).

Por meio da leitura do excerto acima, observa-se que o narrador saramaguiano descreve sarcástica e morbidamente a desesperadora condição do ser humano em face do processo penalizador instaurado pela Inquisição, evidenciando ao leitor a crueldade desse ato. Por resgatar e discutir questões como a polêmica existência da Inquisição em Portugal, a qual foi responsável pela morte de milhares de pessoas, António Moniz afirma acerca do romance **Memorial do Convento**:

Debatendo as grandes questões da condição humana (a vida e a morte, a dignidade da pessoa e a escravidão, o trabalho e o lazer, o sonho e a realidade, a justiça e a religião, etc.), o romance de José Saramago interpela o leitor contemporâneo e estimula-o a problematizar a cultura e a história (MONIZ, 1995, p. 101).

**Memorial do Convento** problematiza, principalmente através da ironia, as estratégias de efeito adotadas pela Igreja na organização das práticas religiosas, isto é, a exploração da sua riqueza, esplendor e funcionamento como meio de impressionar o fiel e conduzi-lo a um hipnótico delírio, a uma apreciada entrega e submissão à suposta proteção divina, a um fanatismo desenfreado que chegou, inclusive, a fazer com que muitos “cristãos” desejassem e apoiassem o tribunal inquisitorial. Assim como a narrativa saramaguiana, Herculano também criticou, em sua representação discursiva sobre o Santo Ofício luso, o fanatismo religioso, afirmando, inclusive, que esse foi um dos motivos para o surgimento da Inquisição:

Inventada [a Inquisição] para satisfazer os ímpetos do fanatismo, tendo, por isso, origem num sentimento ímpio, embora velado com o manto do entusiasmo, as paixões ruins, que igualmente se disfarçavam com as exterioridades do zelo cristão (HERCULANO, 2002, p. 26).

[...]

O fanatismo disputou com a hipocrisia e a corrupção moral o primeiro plano [...] O fanatismo tem a nobreza de todas as paixões ardentes: ergue os olhos para Deus, que calunia, mas a quem crê servir e honrar (HERCULANO, 2002, p. 144).

Relacionada à estrutura de especulação e de excessiva centralização religiosa e política do poder, a crítica saramaguiana dentro da obra **Memorial do Convento** está explícita nas descrições da ostentação, grandiloquência e opulência da Igreja. Para Teresa Cristina Cerdeira da Silva, “esta verdadeira ditadura cultural prolifera monstruosas criações – como o Convento de Mafra – cuja excrecência opulenta

forma uma aberrante situação contrastante com a pobre realidade comezinha da população” (CERDEIRA DA SILVA, 1989, p. 73). E tal discrepância é representativa da própria visão da Igreja, que se acoitava no colo do esplendor e da luxuosidade, enquanto a maioria da sociedade vivia no limiar ou mesmo adentrada na fome e na miséria, conforme retrata a obra saramaguiana. Além da prática excessivamente materialista por parte do clero português durante o reinado de Dom João V, o narrador de Saramago faz outra denúncia da opressão social realizada por essa instituição, a Inquisição, no que concerne ao seu terror psicológico e aos excessos cometidos contra a população, principalmente em relação à parte mais pobre e miserável dela. Os abusos, a corrupção e os crimes cometidos pelo clero durante o tempo em que vigorou o Santo Ofício em Portugal também são denunciados por Herculano em sua narrativa historiográfica. Assim como Saramago, ele confecciona um discurso problematizador que expõe as contradições da Igreja e as mazelas do tribunal inquisitorial:

A verdade é que esses espíritos absolutos, irascíveis, impetuosos, achavam mais fácil fazer passar a espada ou conduzir à fogueira os seus adversários, do que reprimir com incansável severidade as demasias do sacerdócio. Os apologistas cegos do clero, os que supõem vinculada à causa da religião a dos seus ministros têm querido obscurecer estas considerações, que atenuam a culpa dos dissidentes e tornam mais odiosas as perseguições contrárias ao espírito do evangelho, atribuindo à bruteza e devassidão daquelas épocas a corrupção e os crimes do corpo eclesiástico, que, dizem eles, não podia elevar-se acima da sociedade em que vivia. É uma dessas evasivas deploráveis a que, na falta de boas razões, os espíritos prevenidos costumam socorrer-se. Nós perguntaríamos a esses apologistas imprudentes se a sociedade romana na época do império era ou não um charco das mais hediondas paixões, dos vícios mais abjetos, e se, apesar disso, o sacerdócio dos primitivos séculos se deixou corromper pelo ambiente pestífero em que respirava; se não foi pelo contraste de suas virtudes austeras, do seu respeito às doutrinas evangélicas, que lhe fez triunfar do paganismo a religião de Jesus e esmagou heresias muito mais importantes do que as do século XIII, sem recorrer às ímpias catequeses do soldado ou do algoz. Perguntar-lhes, por fim, se para as regenerar, quando corruptas, ou se, por ventura, são elas que podem atuar no cristianismo para o corromper, e se não é justamente no meio da perversão geral que o sacerdócio **deve** e **pode** representar melhor a sublimidade das doutrinas morais de uma religião divina na sua origem e, por isso, incorruptível e imutável na sua essência (HERCULANO, 2002, p. 24, grifos do autor).

Da mesma forma que Herculano na **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**, Saramago explora em sua narrativa literária as

consequências da união política da Igreja com o Estado Absolutista, instituições movidas por uma convivência de interesses conjuntos, unidas no seu objetivo comum de subjugar a população e manter as suas respectivas hegemonias. Nos textos dos dois autores, a Inquisição é apresentada como o principal mecanismo de dominação e controle por parte dos dois poderes, visto que atemorizava o povo português e, desse modo, mantinha-o na passividade e na aceitação da ideologia dominante. Com isso, o romance saramaguiano veicula o quanto o Santo Ofício foi fundamental para manter a predominância da Igreja e do despotismo absolutista sobre a população, a qual era manipulada pelo fanatismo e devoção à fé católica e continuava, desse modo, sendo oprimida pelos poderes instituídos, sofrendo múltiplas violências e inúmeras privações materiais e socioculturais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises da obra historiográfica herculaniana **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal** e do texto literário saramaguiano **Memorial do Convento**, pode-se dizer que há uma aproximação entre o discurso dos dois autores, na medida em que eles imprimem de forma evidente em suas respectivas representações a marca da subjetividade, expressando uma postura de rejeição em relação à Inquisição portuguesa, de defesa clara da necessidade de um ponto de vista crítico sobre este acontecimento histórico.

Em suas respectivas construções discursivas, Herculano e Saramago expressam a ideia de que a Inquisição foi um hábil, intolerante e cruel mecanismo de perseguição repressiva e ideológica. Com o apoio da corte portuguesa, esse instrumento de opressão demonstrou ser uma representação do poder hegemônico, uma vez que consistia em vigiar, perseguir, julgar e condenar pessoas à morte, principalmente aquelas que não se enquadravam no padrão comportamental imposto e não se subordinavam aos dogmas do catolicismo e às ordens da Coroa de Portugal.

Existe uma afinidade de convicções entre Herculano e Saramago, que se estabelece além da ideologia política antiabsolutista e da religiosa anticlerical, e que

se deve à semelhança das ideias do historiador Herculano com as do ficcionista Saramago frente à importância das interlocuções entre Literatura e História.

## REFERÊNCIAS

- BEIRANTE, Cândido; CUSTÓDIO, Jorge. **Alexandre Herculano**: um homem e uma ideologia na construção de Portugal. Amadora: Livraria Bertrand, 1978.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CERDEIRA DA SILVA, Teresa Cristina. **José Saramago entre a história e a ficção**: uma saga de portugueses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- DUBY, Georges. **Ideias contemporâneas**: entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ática, 1989.
- HERCULANO, Alexandre. **Cartas de Vale de Lobos**. Amadora: Bertrand, s/d.
- HERCULANO, Alexandre. **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**. Porto Alegre: Editora Pradense, 2002.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MONIZ, António. **Para uma leitura de Memorial do Convento de José Saramago**: uma proposta de leitura crítico-didática. Lisboa: Presença, 1995.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. **Alexandre Herculano**. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.
- REIS, Carlos. **Diálogos com José Saramago**. Lisboa: Editorial Caminho, 1998.
- SARAMAGO, José. **Memorial do Convento**. São Paulo: Difel, 1989.
- SARAMAGO, José. História e ficção. **Jornal de Letras, Artes e Idéias (JL)**, Lisboa, n. 400, março de 1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Herculano e a consciência do liberalismo português**. Lisboa, Bertrand, 1977.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.